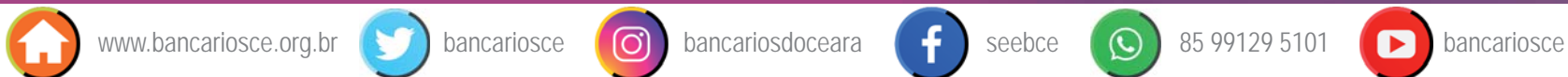


APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

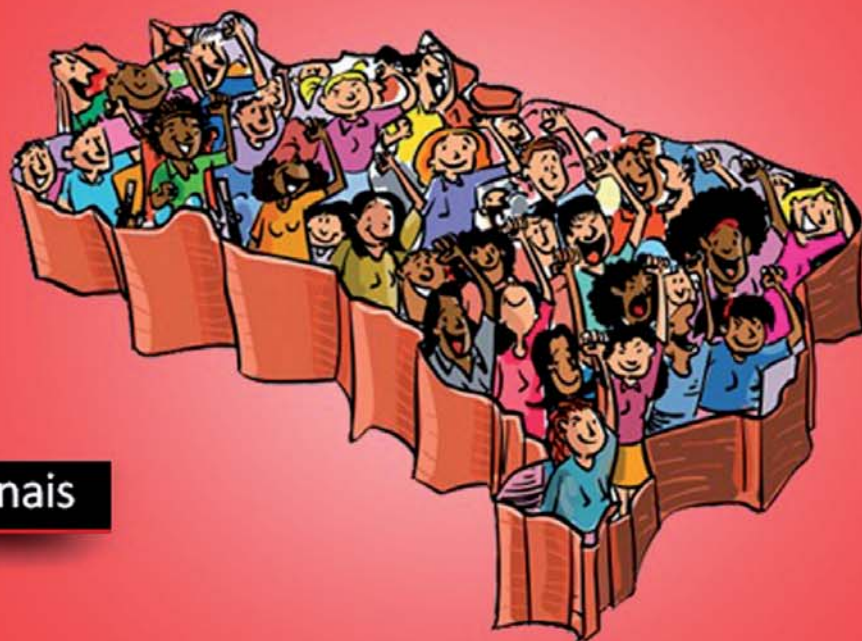
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1671 | 28 DE JUNHO A 3 DE JULHO DE 2021



ENTIDADES SE ARTICULAM COM PARLAMENTARES PARA DEFENDER OS FUNDOS CONSTITUCIONAIS

Se tem
banco público,
tem **desenvolvimento**

Defender os **bancos públicos**
é defender o **Brasil**



MP 1052

Ataque aos bancos públicos regionais

A MP 1052 praticamente inviabiliza a gestão dos fundos constitucionais e ameaça os bancos regionais, como o BNB (pag. 3)

Impasse na discussão do modelo de custeio trava negociações do GT Saúde Caixa (pág. 4)

Concurso público no BB é fruto da luta dos sindicatos por mais contratações (pág. 5)

www.contrafut.com.br

#FECHACOMAGENTE

ARTIGO: CAMPANHA #FORABOLSONARO TERÁ NOVOS ATOS NO DIA 24 DE JULHO

A Campanha #ForaBolsonaro, organizada por movimentos sociais, centrais sindicais e as frentes Brasil Popular (FBP) e Povo Sem Medo (FPSM), tem nova data marcada para estar nas ruas: o dia 24 de julho.

Além da luta pelo impeachment de Bolsonaro, vacinas para todos, auxílio emergencial de R\$ 600,00 até o fim da pandemia, contra a privatização e contra a reforma Administrativa (PEC 32), a pauta inclui a luta em defesa da vida do povo negro, da educação e por uma política de geração de empregos.

Esse será o terceiro ato contra Bolsonaro e seu governo. As centrais sindicais e as frentes apontaram a necessidade de unidade das bandeiras e entre as entidades que organizaram os atos de 29 de maio e 19 de junho para que o 24 de julho seja ainda mais relevante e deixe claro que a maioria do povo brasileiro quer a saída de Bolsonaro e sua equipe.

É importante destacar que as entidades e os manifestantes devem atentar para todos os cuidados possíveis para evitar a disseminação da Covid-19. Quem decidir participar das atividades deve usar máscaras, álcool em gel e, sempre que possível, procurar manter o máximo de distanciamento social. A pandemia não acabou, mas não podemos permitir que o governo Bolsonaro continue destruindo o país e crucificando o povo brasileiro.

O crescimento das forças que se opõem a Bolsonaro indica que não é mais possível tantos desmandos, tais como os crimes contra o meio ambiente, contra a saúde pública ao demorar para comprar vacina contra Covid-19 e não ter até agora uma coordenação nacional efetiva para combater a pandemia, o desrespeito às instituições e à independência entre os Poderes e os sucessivos ataques à imprensa e à democracia.

Isso sem falar nas mais de 500 mil mortes em decorrência de complicações causadas pela Covid-19, sendo que inúmeras dessas pessoas poderiam ter tido uma chance se o governo tivesse uma condução mais eficiente da pandemia.

No dia 19 de junho, 750 mil pessoas participaram de atos em 427 cidades do Brasil, incluindo as 27 capitais. Foram realizados atos também em 42 cidades do exterior em 17 países. No primeiro ato, em 29 de maio, 420 mil pessoas participaram de atos em 210 cidades do país. Foram realizados também atos em 14 cidades no exterior. É importante lembrar que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), já engavetou mais de 110 pedidos de impeachment de Bolsonaro.

A escolha do dia 24 de julho se deve à luta pela ampliação do processo de mobilização cujas outras atividades, como paralisações de categorias do mundo do trabalho, ações nas periferias e grandes centros, além de iniciativas para aumentar a capilaridade em um número maior de cidades organizadas.

É preciso construir a unidade para mostrarmos nossa indignação diante da inércia e da irresponsabilidade desse governo, que demonstra dedicar pouca atenção à vida da população na mais grave crise sanitária já enfrentada no país. A retirada desse governo é a única alternativa para que possamos construir a nação que queremos e precisamos, com justiça social, vacina e saúde para todos!



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)



[bancariosce](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

FUNDOS CONSTITUCIONAIS: ENTIDADES E PARLAMENTARES DISCUTEM AMEAÇA DA MP 1052 AOS BANCOS PÚBLICOS

Diretores da Contraf-CUT e de federações de bancários do Norte e Nordeste (Fetec-CN e Fetrafi-NE) se reuniram dia 23/6 com parlamentares para discutir a Medida Provisória (MP) 1052, que promove mudanças nos fundos constitucionais de desenvolvimento regional do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNE, FNO e FCO). A MP representa uma ameaça aos bancos públicos e prejudica o desenvolvimento regional.

O encontro reuniu a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, o líder da bancada do PT na Câmara, deputado federal Elvino Bohn Gass (PT-SC); o presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos, deputado federal Zé Carlos Nunes (PT-MA); o secretário-geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga; o presidente da Fetrafi-NE e do SEEB/CE, Carlos Eduardo; e o presidente da Fetec-CUT/CN, Cleiton dos Santos Silva.

PREJUÍZO PARA AS REGIÕES

– A MP 1052 promove uma série de mudanças nos fundos constitucionais de desenvolvimento regional do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) que podem prejudicar a sustentabilidade destes fundos e dos bancos públicos que os administram, o Banco da Amazônia (Basa), Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil. “Estamos preocupados com essa MP, os bancários dos bancos do Norte e Nordeste estão muito preocupados. Essa medida tem o potencial de acabar com o Banco do Nordeste e o Basa, além de prejudicar a própria economia das regiões”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT. Juvandia disse que a Contraf-CUT vai orientar os sindicatos a procurarem os deputados de suas bases para explicar os danos que a

Se tem
banco público,
tem **desenvolvimento**

Defender os **bancos públicos**
é defender o **Brasil**

MP 1052
Ataque aos bancos públicos regionais



www.contrafcut.com.br
#FECHACOMAGENTE

MP pode provocar. “Vamos mostrar os impactos que podem destruir a política de crédito nessas regiões. A MP representa a destruição desses bancos. O governo só quer fazer superávit. É a política do entreguismo”, disse a presidenta.

Na prática, a MP poderá acarretar o fechamento de agências, pois o custo de manutenção é alto. Com o corte na taxa de administração, as agências físicas podem ser as primeiras a sofrerem cortes. Deixa também o crédito mais caro, pois a perda desses recursos poderá fazer com que o banco encareça o empréstimo a pequenos empresários e produtores.

Atualmente, como o custo do crédito é relativamente baixo, ajuda a acelerar o crescimento dos micro-empresendedores, além de ser uma fonte de crédito de vital importância para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Basa e o BNB têm como prioridade o fomento ao desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para a redução das

desigualdades regionais.

O deputado Zé Carlos Nunes (PT/MA) vai acompanhar a tramitação da MP no Congresso. “Caso essa MP seja aprovada, teremos uma perda de R\$ 11 bilhões, um dinheiro que deixará de incentivar as economias regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e vai migrar para o Sudeste e Sul. É um valor significativo e que vai aumentar o custo do crédito para as regiões. Essa MP interessa somente ao capital financeiro e vai fragilizar ainda mais os bancos públicos”, disse o parlamentar. “A MP vai criar muitos obstáculos para se conseguir o crédito. Na verdade, o objetivo do governo é fazer saldo fiscal tirando o dinheiro dos fundos para entrar na margem líquida nacional. É um absurdo retirar esses recursos fundamentais ao Norte e Nordeste. Essa MP não trata de reduzir uma taxa para a população, trata de reduzir recursos para financiar os projetos daqueles que mais precisam”, disse o secretário-geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga.

CAIXA QUER IMPOR MEDIDA QUE AUMENTA CUSTEIO DO PLANO DE SAÚDE

A reunião do Saúde Caixa dia 22/6 terminou, mais uma vez, em um impasse. A Caixa informou que vai aplicar a Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) nas propostas de modelos de custeio do plano. Na prática, significa que 50% dos custos assistenciais e administrativos serão financiados pela empresa e os outros 50%, pelos empregados, alterando o formato atual de 70%/30%.

A resolução não tem força de lei. O Acordo Coletivo, na cláusula que trata dos objetivos deste GT, não prevê a inclusão da CGPAR 23 ou contribuição paritária nos modelos de custeio e gestão a serem estudados pelo GT. “Portanto, não faz sentido utilizá-la. Além disso, neste formato, muitos empregados possivelmente não ficarão no plano de saúde. O papel do GT é exatamente o debate da sustentabilidade e viabilidade para que todos os usuários se mantenham no plano”, afirmou a coordenadora do GT Saúde Caixa da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE Caixa), Fabiana Uehara Proscholdt.

Diante do impasse, a reunião não prosseguiu. Antes de terminar, os representantes dos empregados reforçaram a cobrança de outros dados utilizados pela Caixa para fazer a projeção de despesas, como a base de cálculo da folha de pagamentos e proventos. São dados relevantes que podem, inclusive, alterar as despesas futuras. Para propor um modelo de custeio é preciso saber, de fato, quanto custa o Saúde Caixa.

Os dirigentes reforçaram que o debate não pode ser inflexível e que todos os cenários e possibilidades



SAÚDE CAIXA

Caixa quer impor medida que aumenta custeio para os usuários

devem ser avaliados. E para não paralisar as discussões que ouviriam as propostas do banco.

Para a próxima reunião, serão discutidos parâmetros do modelo de custeio que serão apresentados pelos dois lados. “Esse não é um debate fácil até pela especificidade do assunto e que tem muitos desdobramentos e impactos. Claro que a tentativa é de construção conjunta entre trabalhadores e empresa. Nós temos uma excelente assessoria técnica de apoio. Mas, precisamos que cada usuário do Saúde Caixa acompanhe essa discussão. O debate não é só técnico e já temos alguns entraves críticos”, reforçou Fabiana.

MOBILIZAÇÃO É URGENTE – Para as entidades representativas, a mobilização das entidades e de todos os empregados – ativos e aposentados – é urgente para barrar as limitações impostas pelo Governo e pela direção da Caixa. Um dos caminhos é o Projeto de Decreto da Câmara (PDC)956/2018,

(<https://bit.ly/2TVD5vB>) da deputada Erika Kokay (PT/DF) que susta os efeitos da CGPAR 23. De acordo com o projeto, a CGPAR excede a sua competência ao criar ônus e obrigações para os planos de assistência à saúde das estatais que não estão subordinadas às suas determinações. Além disso, a deputada argumenta que a diretriz da Comissão é inconstitucional. O projeto já passou por duas comissões e está pronto para ser votado em plenário. Devemos pressionar os parlamentares para votar o projeto, que está parado desde o final do ano passado. O Saúde Caixa está ameaçado. Precisamos reagir. Nossa força está, principalmente, na união e na mobilização, e elas são urgentes. No site da Câmara está disponível uma enquete para que os cidadãos possam manifestar seu apoio ao PDC 956/18. Até o momento, cerca de 42 mil pessoas já votaram, com 94% a favor do projeto que susta a resolução CGPAR nº 23. Acesse, vote e apoie o projeto. (<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2176886>).



CONQUISTA: BANCO DO BRASIL ABRE CONCURSO PÚBLICO

O Banco do Brasil divulgou dia 24/6, no Diário Oficial da União, um edital de concurso para a contratação de 2.000 escriturários para a área comercial e outros 240 para a área de tecnologia. Todos os funcionários do banco são contratados como escriturários. O cargo recebe nomes diferentes de acordo com a função exercida. As vagas deste concurso são para o trabalho na rede de agências (agentes comerciais) de todo o país, ou para Agente de Tecnologia, para trabalho em Brasília.

“A realização de concurso era uma cobrança do movimento sindical. Saudamos a iniciativa, mas, diante da quantidade de postos de trabalho fechados, consideramos pequeno o número de vagas abertas”, disse o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga. Desde 2016, o banco realiza um processo de desestruturação para se adequar ao mercado, com redução do número de

agências e de funcionários. De lá para cá, o banco fechou 5.161 postos de atendimento e reduziu 17.518 vagas no quadro de funcionários.

CONQUISTAS DOS SINDICATOS – A remuneração inicial é de R\$ 3.022,37, para jornada de 30 horas semanais, ajuda alimentação/refeição de R\$ 831,16 por mês e, cumulativamente com o benefício de ajuda alimentação/refeição, o Banco concede a cesta alimentação, no valor mensal de R\$ 654,87. Estes valores serão corrigidos a partir de setembro, conforme definido na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária e no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos funcionários do Banco do Brasil pela inflação acumulada entre setembro de 2020 e agosto de 2021, mais aumento real (acima da inflação) de 0,5%. Os contratados terão, ainda, a possibilidade de ascensão e desenvolvimento profissional; participação nos lucros ou

resultados, nos termos da legislação pertinente e acordo sindical vigente; vale-transporte; auxílio-creche; auxílio a filho com deficiência; e previdência complementar, que são outros direitos conquistados pela luta sindical.

PLANO DE SAÚDE – A resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), em seu artigo 11, determina que “os editais de processos seletivos para admissão de empregados das empresas estatais federais não deverão prever o oferecimento de benefícios de assistência à saúde”. Apesar de não constar no edital, por conta da CGPAR 23, os sindicatos vão cobrar que todos os contratados tenham assistência à saúde, que está prevista tanto na CCT da categoria, quanto no ACT do BB. “Além do mais, a reforma estatutária da Cassi prevê a inclusão dos mesmos no plano”, concluiu.

COE BRADESCO EXIGE NEGOCIAÇÃO PARA VOLTA DO TRABALHO PRESENCIAL

O vice-presidente do Bradesco, André Cano, afirmou em reportagem publicada pelo Valor Econômico, dia 21/6, que cogita a volta dos funcionários ao escritório em 2022. De acordo com o executivo, cerca de 98% da equipe está hoje em trabalho remoto.

Os bancários estão em home office desde março do ano passado, quando – no início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) – o Comando Nacional dos Bancários negociou com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) o estabelecimento do regime para a proteção dos trabalhadores. Em



A volta também será, para garantirmos a segurança de todos os bancários do Bradesco. Nós precisamos pensar nas etapas que isso ocorrerá e quais os critérios de volta. A saúde e a segurança dos trabalhadores têm de estar em primeiro lugar”, afirmou Magaly Fagundes, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco.

setembro, os bancários do Bradesco aprovaram, em assembleias virtuais, o acordo de teletrabalho do banco.

“Todas as etapas até agora foram negociadas com o movimento sindical.

“Estaremos atentos e buscando a negociação para garantirmos a saúde dos bancários”, conclui Telmo Nunes, diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco.

SANTANDER IGNORA PANDEMIA E AMPLIA HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Mais uma vez, de forma unilateral, a direção do banco Santander quebra as regras e surpreende a todos ao ampliar o horário do atendimento gerencial até às 16h e em algumas agências até às 17h, como é o caso da agência de Caucaia.

Essa determinação é apenas do banco Santander, pois os demais bancos estão trabalhando conforme o normativo do Banco Central, cuja determinação é de que das 9h às 10h se faça o atendimento prioritário e das 10h às 14h, o atendimento gerencial.

“Vale lembrar que a pandemia ainda não acabou e os bancários ainda não estão vacinados, portanto, a ampliação

do horário de atendimento representa um risco maior de contaminação para os bancários do Santander”, reforça o secretário de Saúde do Sindicato, Eugênio Silva.

“O Sindicato dos Bancários do Ceará, através da Contraf, já solicitou uma reunião com a direção do Banco, estamos pressionando para que o Banco reveja essa equivocada decisão”, informou o diretor do SEEB/CE, Aílson Duarte.

Além disso, o Sindicato deve intensificar a fiscalização. “Serão adotadas pelo Sindicato medidas para o cumprimento da jornada dos



trabalhadores bancários e, se necessário, com demandas para a Superintendência Regional do Trabalho do Ceará (SRT-CE), bem como blitz para aferição das medidas sanitárias de cada município”, informa o diretor do Sindicato, Clécio Morse.

BANCO DO BRASIL ESCLARECE ORIENTAÇÕES SOBRE PROVA DE VIDA DO INSS

Após pressão da representação dos funcionários, o Banco do Brasil esclareceu Instrução Normativa sobre a prova de vida de beneficiários do INSS. “O banco entrou em contato conosco e informou que os beneficiários com impossibilidade de locomoção, que estejam acamados, ou hospitalizados serão orientados a constituir um procurador junto ao INSS. Somente em casos excepcionais, quando não houver possibilidade de constituição de um procurador, o gestor deve solicitar

autorização ao seu superior hierárquico para realizar a prova de vida fora do ambiente físico da agência”, disse o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) João Fukunaga.

E o documento do BB ainda esclarece o que seria o atendimento fora do ambiente físico da agência: “Enquadram-se nesse requisito o beneficiário que já está nas proximidades da dependência, nas situações em que é conduzido de maca, ou cadeira de rodas, e não tem acesso ao interior da dependência”, explicou.

Fukunaga disse ainda que o funcionário não deve se sentir pressionado, ou achar que não está cumprindo com sua responsabilidade social por causa de reportagens, ou ações extremadas de beneficiários ou de seus familiares. “O Banco do Brasil e seus funcionários cumprem seu papel de banco público em



apoio às políticas sociais no atendimento da população. Mas, não podemos ser responsabilizados por uma coisa que é responsabilidade do governo. Atuamos apenas como um conveniado, em apoio à execução das políticas sociais”, explicou. “Além disso, neste caso, não podemos deixar de dizer que não concordamos com a exigência da prova de vida neste momento, em plena pandemia. Uma medida que coloca em risco pessoas que são mais vulneráveis ao contágio”, disse o coordenador da CEBB, em crítica ao governo Bolsonaro.

ACOMPANHAMENTO – Mesmo com os esclarecimentos dados pelo banco, o coordenador da CEBB disse que os sindicatos acompanharão de perto os procedimentos realizados pelos funcionários. “Temos que estar atentos para evitar que haja abusos e descumprimentos do que o banco

determina. Não podemos nos esquecer de que, dias antes, circulou um boletim interno pedindo que os funcionários ‘aproveitassem’ a realização da prova de vida para vender produtos e serviços e cumprir metas de vendas”, completou.

QUADRO REDUZIDO DE FUNCIONÁRIOS – O coordenador da CEBB lembrou, ainda, que os programas de desestruturação do banco, implantados desde 2016, reduziram drasticamente o quadro de funcionários. “Existe sobrecarga de trabalho. Em muitos casos, gerentes precisam realizar todas as operações bancárias por falta de funcionários”, afirmou. Desde 2016, o banco passou a reduzir o número de agências e de funcionários para se adequar ao mercado. De lá pra cá, o banco fechou 5.161 postos de atendimento e reduziu 17.518 vagas no quadro de funcionários.

SINDICATO REALIZA LIVE PARA ESCLARECER SOBRE AÇÃO DE EMPREGADAS DA CEF PRÉ-78

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou na última sexta-feira, dia 18/6, uma live sobre as ações judiciais do Sindicato em defesa das mulheres pré-78 da Funcef. O encontro virtual teve ainda a presença da advogada do Sindicato, Dra. Roberta Uchôa.

A live abordou ações ordinárias, ingressadas pelo Jurídico do Sindicato em 2009, sendo as requerentes empregadas da CEF, em face da FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais). Todas as requerentes foram empregadas da CEF e filiadas à FUNCEF passando a pagar contribuição mensal descontada diretamente de seus salários. Inicialmente as empregadas se filiaram ao plano de benefício REG, em 1º/8/1977, sendo que este não contemplava o direito da mulher à aposentadoria proporcional, ao tempo de serviço em virtude de inexistir previsão na legislação previdenciária vigente à época, para aposentadoria proporcional da mulher.

Entretanto, com a Constituição de 1988 decretando o princípio isonômico, as mulheres passaram a ter o mesmo



direito dos homens referente à aposentadoria proporcional. Por sua vez, a FUNCEF exigiu das promoventes à adesão aos termos de um novo plano, fixando para as mulheres percentual inferior, de apenas 70%.

O objeto da ação é requerer o princípio isonômico entre homens e mulheres, consoante art. 5º, I, CF/1988, solicitando o pagamento das diferenças incidentes na aposentadoria entre homens e mulheres, referente à diferença entre o salário real e o benefício concedido pela previdência pública, observado as demais prescrições sobre a matéria constante no regulamento da FUNCEF, existentes em proveito dos participantes assistidos do sexo masculino.

As ações tramitam na Justiça Comum (Tribunal de Justiça do Estado do Ceará), com Repercussão Geral decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com isso a referida decisão repercutirá em todos os julgamentos. Foi realizado peticionamento com pedido de Tutela Incidental de Evidência (com a finalidade de efetivar o direito do autor em face da morosidade processual, uma vez que demonstra de forma inequívoca o direito respaldado pelo STF). Todos os processos encontram-se em fases distintas.

O departamento jurídico do Sindicato reforça que está disponível para esclarecer quaisquer dúvidas referentes ao tema através do telefone 85 3252 4266 ou juridico@bancariosce.org.br.

Criminalizar movimentos sociais

Sete relatores da ONU enviaram ao governo brasileiro este mês carta confidencial na qual manifestam preocupação com projetos de lei que parlamentares bolsonaristas tentam aprovar no Congresso. Em dois projetos (272/2016 e 1595/2019), os parlamentares tentam silenciar a oposição, criminalizar movimentos sociais e greves, além de restringir liberdades fundamentais. A proposta do governo e seus aliados é alterar a lei antiterrorista, limitando o direito ao protesto, além de permitir a infiltração de agentes públicos em movimentos e autorizar operações sigilosas. A proposta é ampliar o conceito de terrorismo, de modo a incluir na tipificação mobilizações populares e manifestações de críticas ao governo. Os relatores alertam que as mudanças propostas pelos bolsonaristas na legislação podem criminalizar manifestações públicas organizadas como protestos e greves.

Super pedido de impeachment

Partidos, como PT, PSOL, PC do B, parlamentares de esquerda, centro, direita, entidades sindicais como a CUT, movimentos populares como o MST, Central dos Movimentos Populares (CPM) e União Nacional dos Estudantes (UNE) e pessoas físicas decidiram apresentar o super pedido de impeachment de Bolsonaro à Câmara dos Deputados no próximo dia 30/6, às 14h. A peça inclui o conjunto de crimes cometidos pelo atual presidente desde que tomou posse em 2019, a maioria deles durante a pandemia, que resultaram na morte de mais de 500 mil brasileiros.

Desigualdade aumenta

A fatia que corresponde a 1% da população mais rica do Brasil detém quase a metade da riqueza nacional (49,6%), aponta o relatório da Riqueza Global, publicado anualmente pelo banco Credit Suisse. De acordo com a análise, entre dez países selecionados, o Brasil só fica atrás da Rússia na comparação dos ganhos do topo da pirâmide em relação ao restante da população. Na comparação com o ano passado, o Brasil teve uma piora neste índice de desigualdade, com o crescimento de 2,7 pontos percentuais.